

HINTERLÂNDIAS, HIERARQUIAS E REDES: UMA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA BRASILEIRA*

Roberto Lobato Corrêa**

A Monbeig e Rochefort que lançaram a semente. A Milton Santos, Lysia Bernardes, Pedro Geiger e Elza Keller que, entre 1956 e 1964, fizeram-na germinar.

INTRODUÇÃO

Este estudo procura fazer uma avaliação da produção geográfica brasileira sobre hinterlândias, hierarquias e redes. Tenta realizar, assim, uma função crucial no bojo do processo científico, que é a de, periodicamente, fazer uma avaliação da produção de seus específicos campos de saber. Tal avaliação deve procurar responder a questões como o que foi produzido, como essa produção insere-se na sociedade e em sua dinâmica, que paradigmas nortearam a produção científica, que generalizações e conclusões parciais foram estabelecidas e, finalmente, que lacunas foram evidenciadas. A avaliação, por outro lado, deve contribuir para que se estabeleça uma agenda de pesquisas, identificando temas e práticas sociais para o futuro imediato.

Esta não é, naturalmente, uma tarefa simples. Pressupõe o conhecimento de uma ca-

da vez mais vasta e dispersa bibliografia, bem como possuir um embasamento sobre a natureza da sociedade, dos paradigmas da ciência em geral e sobre a história particular do saber sob avaliação.

Em relação à avaliação das pesquisas urbanas em escala regional — os denominados estudos interurbanos ou urbano-regionais — decidimos limitá-la ao tema das hinterlândias, hierarquias e redes, cômicos que cobre apenas uma parcela, muito significativa, é verdade, da produção geográfica brasileira sobre a temática urbana. Esperamos que outros temas, como urbanização e desenvolvimento, sejam também abordados.

Para o tema selecionado, assim como para outros, existem avaliações críticas já elaboradas e que foram de enorme utilidade para este estudo. São as avaliações de Corrêa (1967), Müller (1969), que contêm uma rica bibliografia sobre os estudos de geografia urbana realizados por geógrafos brasileiros até 1965, Corrêa (1978), Fredrich (1978) e Mamigonian (1978).

* Recebido para publicação em 13 de março de 1989.

** Analista Especializado em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

R. Bras. Geogr., Rio de Janeiro, 51 (3): 113-137, jul./set. 1989

A bibliografia considerada no presente estudo não é exaustiva. Cobre pouco mais de uma centena de estudos realizados por geógrafos brasileiros — selecionados sobretudo nos principais periódicos, *Revista Brasileira de Geografia*, *Boletim Geográfico*, *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, *Boletim Carioca de Geografia*, *Boletim Paulista de Geografia*, entre outros. Inclui, também, cerca de três dezenas de estudos de geógrafos estrangeiros que serviram de base para os trabalhos brasileiros. Esperamos, no entanto, que o universo selecionado permita dar conta dos principais eixos em que o tema das hinterlândias, hierarquias e redes foi abordado, bem como dos mais significativos estudos realizados no âmbito de cada eixo.

Visando a situar inicialmente o leitor, indicaremos os grandes períodos em que a geografia brasileira, entendida através da produção dos professores universitários e pesquisadores, pode ser dividida, e qual a orientação geral das pesquisas no âmbito do tema em tela. No decorrer deste estudo estas e outras associações serão feitas de modo ampliado.

A geografia brasileira pode ser assim periodizada:

- a) um período que se estende do Século XVIII ao ano de 1933, que marca uma longa fase não-acadêmica e não-institucional da geografia;
- b) o período que se inicia em 1934 com a criação do atual Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e da Associação dos Geógrafos Brasileiros — AGB, seguindo-se a criação, ainda na década de 30, dos atuais Departamentos de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, estende-se até 1955. Sob a influência de geógrafos franceses Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Francis Ruellan, nasce e desenvolve-se a geografia acadêmica e vinculada ao planejamento. Os primeiros estudos de geografia urbana aparecem privilegiando o espaço interno de uma cidade considerada isoladamente;
- c) um terceiro período que se inicia em 1956 com o Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional — UGI realizado no Rio de Janeiro e que

se estende até 1967. A geografia brasileira é renovada com os contatos com Pierre George, Jean Tricart e Michel Rochefort e desenvolvem-se os estudos que nos interessam;

d) entre 1968 e 1977 instaura-se a *new geography*, a versão geográfica do positivismo lógico. Sob a égide de um regime autoritário e de um planejamento pretensioso e arrogante, ampliam-se os estudos sobre hinterlândias, hierarquias e redes, em parte apoiados em técnicas quantitativas; e

e) a partir de 1978, com o Congresso de Fortaleza realizado pela AGB, novas linhas de interpretação da realidade são adotadas, especialmente aquela fundada no materialismo histórico e dialético. A temática em pauta é revigorada; porém a geografia urbana brasileira passa a privilegiar os estudos intra-urbanos.

É no âmbito desta matriz, que referencia o particular ao geral, que se desenvolveram os estudos sobre a temática das hinterlândias, hierarquias e redes. No entanto, ao nível da análise particular, os eixos que consideraremos são os seguintes: o estudo da hinterlândia de uma cidade, a definição e descrição das hierarquias e áreas de influência, as variações na rede urbana, as relações cidade-região e repensando a rede urbana.

O ESTUDO DA HINTERLÂNDIA DE UMA CIDADE

A influência dos geógrafos franceses, formadores da primeira geração de geógrafos brasileiros, frutificou na década de 40 com o aparecimento de numerosos estudos de geografia urbana. Neles aparece nitidamente a influência de Pierre Monbeig que no artigo "O Estudo Geográfico das Cidades" (1943) expôs os pontos de vista da geografia francesa.

Segundo a orientação dada, os estudos urbanos realizados nos anos 40 privilegiaram a cidade considerada isoladamente, abordando, em muitos casos, exclusivamente o seu espaço interno; em outros, adicionalmente, consideraram-se a posição e as funções urbanas.

Poucos foram os estudos que consideraram a hinterlândia urbana, apontando alguns aspectos da atuação da cidade analisada. São exemplos os trabalhos apresentados no X Congresso Brasileiro de Geografia realizado em 1944, como os de Bergó (1952) sobre Campinas, o de Chaves (1952) que analisa a área de influência de Botucatu, e o de Ribeiro (1944), mais antigo, que considera a interdependência entre Franca e sua região. Enquadra-se na mesma ótica o estudo sobre Londrina de Prandini (1948), no qual a autora comenta o papel dessa cidade paranaense no contexto de uma região onde novos centros como Maringá estão aparecendo. O trabalho de Soares (1948) sobre Formosa em Goiás, realizado em momento anterior à criação de Brasília, contém um capítulo final sobre a sua esfera de influência.

A partir da década de 50, especialmente de sua segunda metade, os estudos sobre a hinterlândia de uma dada cidade foram sobrepajados por aqueles dedicados às redes urbanas. Contudo, numerosos trabalhos foram realizados, privilegiando primordialmente a temática da hinterlândia. Os estudos de Oliveira Santos (1956) sobre Ponta Grossa, Santos (1956), sobre jequié, Santos (1957a) sobre Nazaré e Santos Silva (1957) sobre o *umland* de Santa Cruz do Rio Pardo são significativos exemplos.

Os estudos de Cardoso sobre Campina Grande (1963) e Caruaru (1965) continuam na mesma orientação, tendo, entretanto, a preocupação de mensurar os diferentes níveis espaciais de atuação das cidades analisadas. O estudo de Corrêa (1965) sobre Aracaju enquadra-se na mesma ótica, assim como os de Keller (1969) sobre Campinas, Diniz (1969) sobre Aracaju, Silva (1971) sobre Maceió, Rodrigues (1971) sobre São Luís, Moreira (1972) a respeito de Teresina, Duarte (1972) referente à capital sergipana e Amorim Filho (1978) sobre a cidade de Patos de Minas. Muitos destes estudos como os relativos a Campinas e São Luís, pela análise das diversas relações entre a cidade focalizada e a respectiva hinterlândia, situam-se no limiar da abordagem das relações cidade-região que será considerada mais adiante.

Em resumo, a temática da hinterlândia de uma dada cidade evoluiu de uma completa

ausência nos estudos urbanos para constituir-se em um capítulo de um trabalho sobre uma específica cidade. A seguir passou a ser tema relevante de pesquisa, e em momento posterior, a partir dos anos 60, mereceu uma análise mais acurada, com mensuração e interpretação dos níveis espaciais e dos tipos de atuação da cidade sob estudo.

DEFININDO E DESCREVENDO HIERARQUIAS E ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Segundo Corrêa (1967), o Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional — UGI, realizado no Rio de Janeiro em 1956, permitiu a retomada de contatos com a geografia francesa. Através de Jean Tricart e Michel Rochefort o tema da rede urbana foi introduzido no país. A partir de então desenvolveram-se os estudos sobre hierarquia e áreas de influência de cidades. É necessário, no entanto, aprofundar mais sobre as razões que levaram a este desenvolvimento.

A década de 50 caracterizou-se, na realidade, por uma retomada da expansão capitalista que implicou, entre outros aspectos, a expansão da produção industrial e do consumo, e em uma nova divisão territorial do trabalho. Isto afetou a rede de cidades, alterando-a em termos de tamanho, forma, conteúdo social e função dos centros. No caso brasileiro incluiu adicionalmente a ampliação do território sob a égide do capitalismo monopolista e a criação de novos núcleos urbanos, práticas que seriam, a partir de então, efetivadas em larga escala. Estamos na segunda metade da década de 50, em pleno período desenvolvimentista JK, a versão brasileira da expansão capitalista, período de significativos impactos em diversos setores da vida nacional, entre eles a rede de cidades e a produção geográfica.

A rede urbana brasileira aparece então como uma temática extremamente relevante, tendo em vista que reflete e atua no processo de desenvolvimento capitalista. Deste modo a partir da segunda metade da década de 50 os estudos sobre redes urbanas to-

maram extraordinário impulso no país, sobrepujando aqueles que privilegiaram a cidade considerada isoladamente.

Este impulso, contudo, tinha a sua matriz externa. É conveniente lembrar que a segunda metade dos anos 50, concomitantemente à expansão capitalista, constitui um período crítico para a geografia e particularmente para os estudos interurbanos. A revolução teórico-quantitativa anglo-saxônica está em sua fase final de gestação; em seu bojo a temática urbano-regional é retomada ampliadamente. O agora clássico estudo de Walter Christaller começa a ser considerado pelos geógrafos, ao mesmo tempo que se traduz para a língua inglesa o livro de August Lösch. Simultaneamente, Walter Isard funda a Regional Science Association, uma entidade interdisciplinar que também contempla a temática da hierarquia e delimitação da área de influência das cidades.

Na França, por outro lado, François Perroux elabora a sua teoria dos "pólos de crescimento" e os geógrafos, liderados por Pierre George, que quebra a visão monotônica da interpretação vidaliana da geografia francesa, começam a se preocupar, através do *aménagement du territoire* e das *metrópoles d'équilibre*, com a rede urbana.

Os estudos sobre hierarquia e área de influência das cidades foram, em primeiro lugar, influenciados pelos geógrafos franceses. De 1956 a 1968 a influência deles foi marcante, ainda que não exclusiva. É através deles que a teoria das localidades centrais de Christaller é, em seus traços mais significativos, introduzida no país. Em segundo lugar foram, e mais intensamente, influenciados pelos geógrafos anglo-saxões, fazendo-se sentir a influência deles ainda ao final da década de 80. Entretanto, desde o Congresso de Fortaleza, realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros — AGB em 1978, novos vetores de interpretação foram introduzidos, influenciados inclusive por geógrafos brasileiros.

Vamos dividir a produção geográfica brasileira sobre hierarquia e área de influência de cidades, considerando, em primeiro lugar, os estudos pioneiros, e a seguir aqueles trabalhos influenciados por Michel Roffo. Seguem-se, então, os estudos realizados com base no "método" de Green e Car-

ruthers e, finalmente, aqueles elaborados sob o impacto da denominada revolução teórico-quantitativa.

Os estudos pioneiros

A influência de Monbeig também estará presente nos estudos pioneiros sobre redes urbanas. No bojo das pesquisas que culminaram com o estudo sobre as frentes pioneiras no território paulista (Monbeig, 1952), o referido autor propôs uma divisão regional de São Paulo (Monbeig, 1949), onde aparecem regiões — amplas unidades fisiográficas; sub-regiões — vinculadas a uma paisagem; e zonas, definidas em torno de um centro urbano como Bauru, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto etc.

O estudo de Oliveira (1950) reflete a influência do mestre francês. Ao propor uma nova divisão regional do Paraná o autor distingue, entre outras, as zonas de Paranaíba, Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Guapuva e União da Vitória. Tendo em vista a época em que foi feito, este estudo não inclui as zonas de Cascavel, Maringá e Paranavaí, entre outras. Constitui, assim, uma fonte para uma análise retrospectiva.

Entre os estudos pioneiros destacam-se aqueles realizados por Milton Santos sobre a Bahia. A zona cacauera mereceu especial atenção. No Congresso da UGI em 1956, duas comunicações foram apresentadas. Na primeira (Santos, 1957 b), é estudada a relação entre a evolução dos meios de transportes e a posição hierárquica das cidades. Na segunda (Santos, 1957 c), o autor tenta uma classificação funcional dos núcleos urbanos. O conjunto Ilhéus-Itabuna e a cidade de Jequié, esta fora da zona cacauera, são os focos regionais, havendo ainda núcleos de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª categorias. Subjacente à evolução está a dinâmica dos meios de transportes: de uma dispersão de pequenos portos chega-se à magnitude de uma dupla capital regional, Ilhéus e Itabuna. Os temas destas duas comunicações serviram de base para o capítulo "Problemas de Geografia Urbana", inseridos na segunda edição do livro *A Zona do Cacau* (1957 d).

Através de questionários distribuídos aos municípios baianos quanto às relações de dependência urbana, Tricart e Santos (1958) definiram as zonas de influência co-

mercial das cidades baianas, propondo-as como base para uma nova divisão regional. Além da região de Salvador, foram definidas as de Ilhéus-Itabuna, Feira de Santana, Jequié, Juazeiro, Vitória da Conquista, Alagoinhas, Senhor do Bonfim e Jacobina. Com base nos resultados obtidos, Santos (1958) analisa as áreas onde a atuação de Salvador vem enfraquecendo no que diz respeito ao comércio atacadista: isto se deve, argumenta o autor, à sua fraqueza industrial e à ausência de um adequado sistema de circulação conectando-a ao interior.

Convém ressaltar que os estudos pioneiros caracterizaram-se por uma menor preocupação com o formalismo das técnicas e dos resultados. Entretanto, a dinâmica espacial constituiu preocupação constante, possibilitando uma interpretação mais elaborada. Tratava-se, ainda, de estudos que poderiam se situar na interface da geografia regional e da geografia urbana, uma situação que caracterizou muito a geografia francesa inspiradora desses estudos pioneiros. Finalmente, vale apontar que uma perspectiva normativa achava-se implícita em muitos dos estudos em tela.

A influência de Michel Rochefort

A influência de Michel Rochefort nos estudos sobre hierarquia e área de atuação das cidades foi fundamental, especialmente entre os geógrafos do IBGE onde o referido geógrafo foi consultor nos primeiros anos da década de 60. Sua influência se fez sentir a partir do momento em que se iniciou o processo de ascensão do sistema de planejamento territorial no Brasil — SUDENE e a seguir o então denominado Escritório de Pesquisas Econômicas Aplicadas — EPEA, célula inicial do Ministério do Planejamento. Iria perdurar até 1968, quando então novas influências estariam presentes.

As proposições de Rochefort apareceram nos *Annales de Géographie* (1957) e no *Boletim Geográfico* (1961). Segundo o autor em questão a análise do setor terciário permite identificar a hierarquia dos centros urbanos. É proposto, então, um gráfico onde na abcissa indica-se o total de população empregada no setor terciário e na ordenada o percentual desta população sobre a população ativa total dos centros. Os de maior

hierarquia são aqueles onde ambos os valores são elevados. A relação entre as duas variáveis é fundamental, podendo-se estabelecer uma gradação de importância deles, definindo-se, então, a hierarquia urbana.

Aplicado ao Estado de São Paulo pelo próprio Rochefort, comprovou-se a magnitude da capital e constatou-se a existência de quatro níveis hierárquicos de centros. O “método”, por outro lado, permite identificar cidades especializadas, que apresentam um percentual reduzido da população empregada no setor terciário.

Alguns geógrafos verificaram a aplicabilidade das proposições de Rochefort. Assim, Geiger (1957) aplica-as aos territórios fluminense, mato-grossense e gaúcho, e Santos (1959 a) à zona do cacau e ao Recôncavo Baiano. Ambos os autores apontam limitações na sua aplicação, as quais decorrem, sobretudo, da natureza dos dados censitários brasileiros que não distingue a população Economicamente Ativa das sedes municipais, vilas e povoados, nem discrimina sem ambigüidades as atividades exercidas pela população. Contudo, ainda que com limitações, as proposições de Rochefort são aplicáveis ao Brasil.

Entre os estudos que aplicaram o “método” Rochefort ao Brasil estão os de Valverde (1958) para a Zona da Mata mineira e o de Guimarães (1962) para a região do Rio de Janeiro. O Recôncavo Baiano é estudado novamente por Santos (1959 b). Feira de Santana aparece de modo marcante no gráfico, seguida de Alagoinhas e Santo Amaro, vindo então Nazaré, Castro Alves e Cachoeira-São Félix. A posição destes centros no gráfico relaciona-se à dinâmica urbano-regional. Milton Santos distingue, a este respeito, três fases. Numa primeira destacavam-se aquelas cidades que exerciam papel de ponto de partida para o povoamento, Jaguaripe, São Francisco do Conde e Santiago do Iguape, centros que posteriormente foram destronados por Nazaré, Cachoeira-São Félix e Santo Amaro, cidades que eram simultaneamente ponto final da navegação fluvial e inicial de uma ferrovia que demandava o interior. Numa terceira fase a rodovia favoreceu Feira de Santana e Alagoinhas, localizadas na periferia do Recôncavo. Nazaré, Cachoeira-São Félix e Santo Amaro tiveram os papéis re-

gionais que desempenhavam bastante diminuídos, tornando-se mais dependentes de Salvador. O Recôncavo Baiano é retomado em estudo posterior (Santos, 1965).

A influência de Rochefort apareceria ainda através dos longos estudos baseados em informações das mais diversas fontes, entre elas questionários sobre procedência de pessoas às cidades para comprar bens e utilizar seus serviços.

Entre os trabalhos merece especial menção aquele sobre a região de influência do Rio de Janeiro realizado por Bernardes (1964 a), estudo que foi precedido por dois outros (1962 a e 1962 b).

O estudo sobre o Rio de Janeiro foi baseado em longa pesquisa realizada por uma equipe sob orientação de Bernardes. Utilizando métodos diretos, foi delimitada a região de influência da metrópole carioca. Para isto foram realizadas entrevistas em firmas atacadistas, de exportação, em várias empresas com filiais ou viajantes, e em diversos órgãos governamentais. Pesquisas diretas foram também realizadas em estabelecimentos de ensino superior, hospitais, jornais e na rede bancária. As ligações telefônicas e aquelas efetuadas através de linhas intermunicipais de ônibus completaram os dados para a delimitação da área de influência do Rio de Janeiro como metrópole regional.

Através de questionários enviados aos municípios da hinterlândia carioca foi possível estabelecer a hierarquia e área de influência dos centros urbanos da região do Rio de Janeiro. Esta foi dividida em três grandes setores: no primeiro a atuação metropolitana é dominante, enquanto no segundo estabelece a concorrência com diversas capitais regionais; no terceiro verifica-se a competição com Belo Horizonte. Cada um destes setores mereceu uma análise onde se consideram as relações com a metrópole carioca, assim como a respectiva rede urbana em termos de hierarquia e área de influência.

Não se trata, entretanto, de trabalho meramente classificatório. Seus dois últimos capítulos "A Elaboração da Região e Sua Dinâmica Atual" e "Realidades e Perspectivas" permitem uma visão dinâmica da região do Rio de Janeiro.

Através de um ensaio, Bernardes (1971) retomaria a temática da hinterlândia da metrópole carioca.

A mesma metodologia foi utilizada por Bernardes em relação ao Nordeste, primeiramente no estudo sobre a rede urbana cearense (1964 b), e a seguir em relação à rede do vale do Jaguaribe (1969). Em ambos os estudos as vinculações com o sistema de planejamento estavam explícitas.

Apoiado também em Rochefort merece menção especial o trabalho de Geiger (1963) sobre a evolução da rede urbana brasileira, trabalho que foi resumido na forma de artigo por Geiger e Davidovich (1961). Trata-se do primeiro estudo que considera toda a rede urbana brasileira e sua dinâmica, constituindo trabalho clássico. Compreende, primeiramente, uma discussão sobre o problema de definição de cidade, seguindo-se algumas observações sobre a organização urbana do país que inclui uma classificação das categorias de cidades segundo as funções, a paisagem e a estrutura urbana. Segue-se um estudo sobre a formação da rede urbana, onde são assinaladas as fases principais da vida de relações. As heranças do período colonial e os impactos do processo de industrialização nacional sobre a rede urbana são considerados e exemplificados.

Alguns problemas importantes são apontados por Geiger no decorrer de seu estudo. Assim, é considerado que em uma mesma rede regional centros com equipamento funcional razoavelmente distintos, como Marília e Cuiabá, podem ser classificados como sendo de mesmo nível hierárquico: o equipamento funcional reflete os dados quantitativos e qualitativos da população de cada área de influência. Por outro lado, comenta o autor, a hipertrofia demográfica e funcional de Belém e Manaus, na Amazônia, é considerada como um forte indício de um tipo de rede urbana ainda embrionária, refletindo ainda relações que beneficiam exclusivamente aquelas duas cidades. O trabalho de Geiger apresenta-se, assim, como uma importante contribuição para o estudo da rede urbana brasileira, constituindo leitura obrigatória para os que se interessam pela temática.

O estudo coordenado por Corrêa (1968 b) constitui uma tentativa de identificar a hie-

rarquia urbana brasileira a partir do equipamento funcional dos centros, e a área de influência dos mesmos a partir de informações sobre a procedência de consumidores aos centros urbanos, contidas em questionários distribuídos em todo o país.

As informações deste questionário, que datam de 1966, foram posteriormente retrabalhadas por uma equipe de geógrafos do IBGE, e seus resultados organizados por Keller (1972), originando o primeiro quadro de referência sobre a rede urbana brasileira. Nesta, identifica-se a subordinação de cada município a uma cidade central, assim como a hierarquia destas: foram identificadas duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, e as metrópoles regionais de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia; além delas identificaram-se 66 centros regionais, 172 sub-regionais e 470 centros locais. Entre as conclusões a que o estudo em pauta chegou está a de que as desigualdades regionais vão se refletir de modo marcante nas diferenças estruturais entre as diversas redes urbanas regionais.

Com base nos mencionados questionários, Davidovich (1971) analisa as "formas de projeção espacial" dos centros urbanos da região de Fortaleza, especificando o grau de intensidade da atuação de cada centro em sua hinterlândia. Souza (1977), por sua vez, define a hierarquia das cidades cearenses a partir do equipamento terciário.

Ainda em 1977, os mesmos resultados são retomados e apresentados com maior riqueza analítica. Referimo-nos aos capítulos "Sistema Urbano" que compõem cada um dos cinco volumes da coleção *Geografia do Brasil*, editado pelo IBGE: Norte (Dias, 1977), Nordeste (Silva e Botelho, 1977), Sudeste (Lima e Corrêa, 1977), Centro-Oeste (Guimarães, 1977) e Sul (Duarte, 1977 a). Estes trabalhos, contudo, estavam fundamentados em outra concepção teórico-metodológica. A influência de Rochefort ainda estava presente, mas os tempos eram outros: todos os estudos acima mencionados privilegiavam, sobremaneira, as dimensões básicas de variação dos sistemas urbanos regionais, tendo como referência teórica as proposições de Friedmann e, como base operacional, a análise fatorial.

Com base em informações contidas em questionários distribuídos em 1978 a 1416 municípios, foi elaborado, sob a coordenação de Corrêa (1987 a), o segundo quadro de referência sobre a rede urbana brasileira. Trata-se do estudo "Regiões de Influência das Cidades" que visava a atualizar o primeiro quadro de referência organizado por Keller (1972). Neste estudo a teoria das localidades centrais está claramente explicitada, assim como são discutidos estudos que, criticamente, estabeleceram extensões às formulações clássicas. As informações referem-se aos deslocamentos de consumidores para comprar ou utilizar 76 bens e serviços que tinham sido anteriormente hierarquizados como sendo típicos de centros metropolitanos, 12 bens e serviços, capital regional, 23 bens e serviços, centro sub-regional, 20 bens e serviços, e centro de zona, 21 bens e serviços.

Através de matrizes descritivas foi verificada a hierarquia e área de influência das cidades brasileiras. Foram definidas duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, a primeira sendo mais importante que a segunda, e nove metrópoles regionais, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Manaus, esta tendo emergido como centro metropolitano durante a década de 70. O estudo em tela definiu, também, uma categoria hierárquica intermediária entre metrópole e capital regional, o centro submetropolitano. Trata-se de um centro que possui um equipamento funcional superior ao de uma capital regional; sua atuação espacial se faz, entretanto, no âmbito da região de influência de uma metrópole regional. As capitais nordestinas e mais Vitória, Cuiabá e Campo Grande são exemplos. Sem funções político-administrativas aparecem centros submetropolitanos como Juiz de Fora, Campinas, Ribeirão Preto e Londrina.

As capitais regionais definidas no estudo de 1972 mantiveram a mesma posição hierárquica no trabalho sob análise. Entretanto, outras cidades ascenderam a esta categoria hierárquica: Porto Velho, na Amazônia; Piracicaba, em São Paulo; e Cascavel, no Paraná, são exemplos.

À exceção da "fronteira amazônica", constatou-se, na realidade, enorme estabilidade na rede de localidades centrais, especialmente nos níveis médios e mais elevados da hierarquia. Acreditamos que as mudanças verificadas podem constituir temas para estudos sobre a dinâmica da rede urbana brasileira.

O "método" de Green e Carruthers

As proposições dos geógrafos ingleses Green (1950) e Carruthers (1957) tiveram enorme influência nos estudos brasileiros sobre redes urbanas. Na história dos estudos sobre hierarquias e hinterlândias estas proposições constituem as últimas herdeiras de uma geografia tradicional e, ao mesmo tempo, os primeiros rebentos de outra, caracterizada por posturas próprias do positivismo lógico. A definição precisa dos níveis hierárquicos e das áreas de influência é já nítida preocupação, ainda que com base em um instrumental simples; por outro lado, as referidas proposições conservam certo subjetivismo que não é tolerado com o advento da geografia teórico-quantitativa.

Green e Carruthers consideram um único indicador, a circulação intermunicipal de ônibus, já considerado pelos geógrafos europeus pelo menos desde a década de 40. As vantagens deste indicador em termos de tempo gasto na análise dos dados são notáveis quando os mesmos são comparados com os questionários sobre procedência dos consumidores. Supera, também, outros indicadores singelos em termos de veracidade. Trata-se de uma informação que se refere, entre outros propósitos, às viagens para comprar e serviços, sendo ainda associado a um meio de transporte facilmente adaptável às mudanças na demanda, diferentemente do que ocorre com os trens, as linhas aéreas e a telefonia, que necessitam de pesados investimentos de capitais para que possam funcionar. A única exigência para a sua utilização é a de que a circulação intermunicipal de ônibus esteja suficientemente difundida pelo território que se pretende analisar.

Foi Langembuch (1970) que, em 1964 em Poços de Caldas, durante a Assembléia Anual da AGB, introduziu no Brasil o "méto-

do" em questão. Consiste ele em considerar, de um lado, o número total de viagens diárias de ônibus servindo a cada centro urbano de um dado território. De outro, considera-se o percentual de viagens que, de cada centro, destina-se às cidades menores em termos de população. Admite-se assim que estas viagens implicam subordinação dos centros menores aos maiores via atração de consumidores através de viagens de ônibus. Em resumo, maior o número de viagens servindo à cidade e maior o percentual delas para centros menores, maior a sua centralidade.

Em seu estudo sobre o Estado de São Paulo, e utilizando informações referentes ao ano de 1962, Langembuch identificou oito capitais regionais, Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto: cada uma era servida por mais de 150 viagens diárias, das quais mais de 80% para cidades menores localizadas em amplas hinterlândias. Foram identificadas, ainda, vários "centros de categoria média" como Taubaté, Piracicaba, Barretos, Jaú e Tupã, entre outros, "centros de zona", e "centros menores".

A eficiência e simplicidade do "método" de Green e Carruthers fez com que numerosos autores o utilizassem em vários outros estados. Assim, Neves (1971) aplicou-o ao território gaúcho, enquanto Teixeira (1972) ao Estado do Rio de Janeiro, Rua e Bremaker (1972) ao Espírito Santo, e Pompílio (1987) ao território catarinense.

O "método" em pauta foi também avaliado criticamente, em primeiro lugar por Gehlen (1971), e a seguir por Corrêa e Teixeira (1977). No primeiro estudo a autora considerou os fluxos de passageiros de ônibus *de* e *para* a cidade gaúcha de Montenegro, identificando os objetivos de viagens por eles realizadas. Concluiu que "os fluxos de passageiros constituem um bom indicador de vida de relação de uma rede urbana, desde que se alie ao estudo a intensidade e freqüência dos fluxos" (p. 58). Através de uma análise de regressão simples Corrêa e Teixeira verificaram se o número de viagens servindo a cada cidade fluminense — identificado no estudo de Teixeira (1972) — variaria em função do tamanho da população

servida, residente na hinterlândia de cada centro. Esta última variável está intimamente relacionada ao nível hierárquico de cada centro. Foi obtido um coeficiente de determinação (r^2) de 0.77, ratificando-se, assim, a validade das proposições de Green e Caruthers.

O impacto da revolução teórico-quantitativa

Final da década de 60. Enquanto nos Estados Unidos surgia, em 1969, o *Antípode*, um periódico de geografia radical, de orientação predominantemente marxista, chegava ao Brasil a revolução teórico-quantitativa que nos países anglo-saxônicos começava a ser severamente contestada, inicialmente por alguns de seus antigos adeptos como William Bunge e David Harvey. Tratava-se da importação de algo que não era mais de vanguarda naqueles países em algo que já tinha sido consumido e que não dava mais conta das realidades nacionais, à semelhança de velhos modelos industriais de veículos exportados para as filiais das indústrias automobilísticas localizadas nos países periféricos.

A adoção desta inovação tardia se fez em um contexto econômico-político apropriado. Tratava-se do início do período de mais forte repressão — o AI-5 de 1968 — e, simultaneamente, do começo do “milagre brasileiro”, onde o sistema de planejamento territorial aparecia como uma promessa aos pesquisadores e técnicos. Estamos no aparente reinado da tecnocracia.

O positivismo lógico que embasava a geografia teórico-quantitativa introduziu nos estudos interurbanos uma perspectiva que considera a cidade e suas relações sócio-espaciais como “coisas”, passíveis de um tratamento neutro, destituído de classes sociais e seus conflitos. E mais, considera a cidade como se fosse o sujeito da História, capaz de levar o desenvolvimento ao seu território de influência. Acumulação de capital, agentes sociais concretos e lutas de classes não existiam. Foram substituídos explicitamente por desenvolvimento, pelo mercado e pela eficiência e equidade sócio-espacial. Adotando precariamente a teoria geral dos sistemas, substituiu-se a expressão rede urbana por sistema urbano.

As teorias de desenvolvimento regional, como a de John Friedmann, e a regra de ordem-tamanho de Zipf foram introduzidas no temário de hierarquias, hinterlândias e redes. Entretanto, as principais preocupações estavam relacionadas ao emprego de técnicas matemáticas e estatísticas que definissem com acurácia a rede de cidades entendida como uma engrenagem que deveria funcionar de modo equilibrado e eficiente, em parte como resultante da atuação de processos aleatórios. Implicitamente, os modelos hexagonais de Christaller estavam subjacentes em muitos dos estudos empreendidos.

A influência de Rochefort decaiu, tendo sido substituída, especialmente, pela de Brian Berry que no final da década de 60 atuou como consultor junto ao extinto Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU.

Entre os trabalhos realizados sob o impacto da revolução teórico-quantitativa estão aqueles baseados no denominado “método” Palomäki, aqueles com base na teoria dos grafos e outros que utilizaram vários outros modelos. Técnicas mais sofisticadas como a “cadeia de Markov” também foram empregadas, mas a complexidade operacional não tornou muito freqüente o emprego desta e de outras técnicas.

O “método” proposto pelo geógrafo finlandês Palomäki (1964) constitui um expressivo instrumental desenvolvido em plena fase da “nova” geografia. Consiste ele na aplicação de duas técnicas de estatística descritiva, o desvio-padrão e o derivado coeficiente de variação, de um lado, e o coeficiente Pearson de correlação, de outro. Como aplicação de técnicas estatísticas trata-se de um “método” extremamente simples. Como instrumento, é muito eficaz e adequado para se identificarem com precisão grupos discretos e cumulativos de funções centrais, base de definição da hierarquia urbana, tal como é preconizado pela teoria das localidades centrais.

Dada uma região, seus centros urbanos e suas respectivas funções centrais, a primeira tarefa consiste em identificar os grupos de funções: estes são hipotetizados e testados através do desvio-padrão e do coeficiente de variação aplicados *intra* e *inter*

grupos. Definidos os grupos de funções centrais, a tarefa seguinte é a de verificar a ocorrência espacial das funções nos centros urbanos: cada ocorrência é indicada por 1; em caso contrário por 0. As distribuições de cada par de funções centrais são confrontadas através da correlação Pearson. Elevados e significativos coeficientes indicam pares de funções que tendem a ocorrer nos mesmos centros. Vários pares de funções com ocorrência comum originam os níveis hierárquicos tanto funcionais como de centros urbanos.

Este instrumental foi apresentado no Brasil pela primeira vez em 1968, durante a 1ª Conferência Nacional de Geografia — CONFEGE promovida pelo IBGE. Estava-se, então, no limiar de uma nova fase da geografia brasileira, caracterizada pelo que se convencionou denominar de “nova” geografia.

A primeira aplicação do “método” Palomäki aparece no estudo de Corrêa e Lojkašek (1972). Nele foram consideradas as 24 cidades do sudeste paranaense e um total de 42 funções centrais. Foram identificados uma capital regional, Pato Branco, que dispunha de todas as funções, um centro imediatamente abaixo, Francisco Beltrão, com 35 funções, seis centros menores que dispunham de 20 a 24 funções cada um, e mais dois níveis hierárquicos com localidades centrais ainda menores.

A partir de então vários estudos foram realizados, muitos dos quais voltados para o planejamento territorial. Corrêa (1974) analisou a hierarquia das cidades brasileiras a partir do ensino superior. Becker (1974), por sua vez, ao considerar o Estado do Rio Grande do Sul, define a hierarquia de seus centros a partir das funções administrativas.

Silva e Arruda (1978), por outro lado, ao analisarem a estrutura espacial do território mineiro, combinaram o “método” Palomäki visando a identificar a hierarquia das cidades, com as linhas de isopotencialidades — um modelo derivado da lei da gravitação universal — para delimitar a hinterlândia dos centros urbanos. No âmbito dos estudos urbano-regionais da SUDENE aparecem três estudos mais recentes onde o “método” em questão é utilizado: são os estudos de

Silva e Leão (1985) para a região de Feira de Santana, de Diniz (1987) para a hinterlândia de Aracaju, e o de Silva, Silva e Leão (1987) para a região de Ilhéus-Itabuna.

O “método” acima analisado é tipicamente classificatório. No entanto, no que tange aos estudos realizados sob a égide da SUDENE, os resultados obtidos foram, em maior ou menor grau, submetidos a uma apreciação que os enriqueceu, deixando claro que se trata exclusivamente de um meio através do qual se pode apreender parcialmente a realidade, e não um fim em si mesmo.

A teoria dos grafos foi também aplicada pelos geógrafos brasileiros visando a identificar a hierarquia e área de influência das cidades. Como se sabe, esta teoria é oriunda da topologia, um ramo da geometria, tendo uma expressão matricial. Nas células de uma matriz quadrada é indicada a intensidade das interações entre cada par de objetos (pessoas, países, cidades etc.). Com Nystuen e Dacey (1968) a teoria dos grafos foi empregada para identificar a hierarquia das cidades e suas respectivas hinterlândias. Os autores utilizaram as ligações telefônicas entre cidades, mas é possível empregar qualquer outro indicador expressando interações espaciais.

Nystuen e Dacey estabeleceram regras a serem aplicadas em uma matriz que indicasse a intensidade de ligações entre cidades. Primeiramente, uma cidade é considerada maior que outra quando apresentar um número total de ligações, como viagens intermunicipais de ônibus, maior que o da outra: isto é verificável através do número total de ligações localizado no final referente a uma e outra cidade. Em segundo lugar, uma cidade é subordinada de outra quando, além de ser menor do que ela, apresentar o maior número de suas ligações a ela destinadas. Em terceiro lugar, se o centro *a* subordinar o centro *b* e este, por sua vez, subordinar o centro *c*, este, pelo princípio da transitividade, será também subordinado ao centro *a*. Finalmente, um centro que subordina outro não é por ele subordinado. Com estas regras é possível definir a hierarquia urbana e a área de influência das cidades.

Vários foram os estudos que aplicaram a teoria dos grafos à rede urbana brasileira. Mencionam-se os trabalhos de Neves

(1971), já indicado, onde há uma combinação do "método" de Green e Carruthers e da teoria dos grafos, esta servindo para definir a área de atuação dos centros urbanos, o de Diniz (1972) também para o território gaúcho, e o de Rodrigues (1977) para os Estados de Goiás e Santa Catarina. Também com base na teoria dos grafos e utilizando a circulação intermunicipal de ônibus, mas com um algoritmo mais complexo, calcado em "matrizes de menor caminho", proposto por Reed (1970), Teixeira (1975) definiu a rede de localidades centrais do território fluminense, ratificando em parte os resultados anteriormente obtidos com o instrumental de Green e Carruthers.

O trabalho de Freire, Sant'Anna, Teixeira e Corrêa (1977) utilizou a teoria dos grafos para o estudo do sistema urbano brasileiro. Foi considerado como indicador o número de passageiros transportados nos vôos comerciais entre as cidades brasileiras nos anos de 1965 e 1973. Foi adotado o "método" de Nystuen e Dacey. Da análise comparativa verificou-se que as hipóteses que nortearam a pesquisa estavam corretas: "ocorreu um acentuado processo de concentração dos fluxos aéreos em determinados centros do sistema urbano, em decorrência da extinção de um grande número de aeroportos comerciais e do aumento do fluxo aéreo de passageiros no país, ...intensificou-se o processo de integração do sistema urbano do país em decorrência da absorção de aeroportos e subsistemas isolados existentes em 1965" (p.93).

O mérito deste estudo reside no fato de os autores se preocuparem, ainda que superficialmente, com as mudanças na rede urbana, uma preocupação pouco comum aos estudos realizados sob a égide da revolução teórico-quantitativa. Esta preocupação também está presente no trabalho de Marchand, Geiger, Strauch, O'Neill e Coelho (1976), no qual se verificou a evolução da acessibilidade e do potencial dos centros urbanos nordestinos no período 1930-1974. Utilizou-se o Índice de Shimbél, um índice extraído de uma "matriz de menor caminho", que tanto serviu para definir a acessibilidade como também para compor o modelo potencial empregado — substituindo a variável distância do referido modelo pelo índice em pauta. Constatou-se

que os "melhoramentos introduzidos no sistema viário ampliaram a acessibilidade do sistema nordestino como um todo" (p. 105), tornando mais expressivas, porém, as grandes cidades do litoral.

Com base em uma adaptação do modelo operacional de Christaller, que confronta número de telefones e população urbana em cada cidade e na região, Silva (1987) analisa comparativamente a rede de localidades centrais da Bahia, tomando como base os anos de 1970 e 1980, dando prosseguimento a uma investigação anterior (1977). Ao estabelecer linhas de isocentralidade para os dois referidos anos, o autor coloca em evidência alguns aspectos da dinâmica regional: a manutenção da primazia de Salvador, a estabilidade de muitos sistemas urbano-regionais e o aparecimento de outros, como no extremo sul e extremo oeste do território baiano.

Numerosos estudos sobre o sistema urbano brasileiro foram publicados por Faissol. Muitos deles referem-se às dimensões básicas da variação dos centros urbanos, tendo como base as teorias de desenvolvimento regional, da difusão espacial de inovações, e a regra da ordem-tamanho de cidades. As análises fatorial e de agrupamento foram as técnicas mais adotadas. Outros estudos, porém, consideraram a hierarquia e área da influência das cidades, tal como foram definidas em 1972, como pano de fundo para a temática da urbanização e desenvolvimento. É o caso do estudo sobre a área de influência de Recife, realizado por Faissol, Galvão e Geiger (1975).

É também o caso do estudo sobre a distribuição espacial das localidades centrais do Centro-sul e Nordeste, realizado por Faissol (1973), onde se procura verificar se as duas distribuições apresentam-se como resultados de processos probabilísticos. São elas analisadas à luz dos modelos de Poisson e de distribuição binomial negativa. Considerações teórico-metodológicas sobre os conceitos de regiões nodais e funcionais, de um lado, e a teoria dos grafos e a "cadeia de Markov", de outro, foram também realizadas por Faissol (1975). Esta última já tinha sido anteriormente objeto de aplicação por parte de Faissol, Oliveira e Pedrosa (1972). A "cadeia de Markov" é uma teoria que

considera processos aleatórios. Está apoiada na análise matricial, especificamente na potenciação de matrizes. Suas variáveis são referentes às interações espaciais e, no caso do estudo em tela, foram considerados as migrações internas e os fluxos de passageiros de aviões entre os centros metropolitanos do país.

Entendemos que a adoção desta linha de abordagem para se compreender o padrão espacial dos centros urbanos, assim como a delimitação de regiões de influência, pressupõe a aceitação de que ambos sejam derivados de processos aleatórios, sendo, portanto, naturais, oriundos de leis da natureza, e não sociais, elaborados ao longo da História.

VARIAÇÕES NA REDE URBANA

A rede urbana constitui uma organização sócio-espacial muito complexa. Sua complexidade por ser considerada tanto em relação aos múltiplos papéis que cada centro da rede desempenha, como em face da divisão do trabalho entre os centros, conforme apontam Santos (1978 b) e Corrêa (1988 b), entre outros. A complexidade pode ser considerada também através das desigualdades entre redes e no âmbito de cada uma: neste sentido fala-se em variações relativas às redes urbanas. Entre estas consideraremos aquelas referentes às funções urbanas, ao arranjo estrutural e espacial, aos mercados periódicos e, finalmente, ao papel dos centros enquanto locais de gestão das atividades econômicas de suas hinterlândias.

As classificações funcionais

Os estudos sobre classificações funcionais de cidades são clássicos na geografia urbana. Pelo menos desde a década de 20, com Auousseau, classificações sistemáticas de cidades foram estabelecidas. Os trabalhos de Harris Chauncy (1959), publicados originalmente em 1943, e o de Nelson (1959) são clássicos. Visando a clarificar o tema vários autores fizeram o desdobramento das atividades da cidade em: (a) básicas ou primárias, que são "exportadas"

para fora, justificando assim a própria existência da cidade; e (b) atividades não-básicas ou secundárias, que estão voltadas para a população urbana. Ullman e Dacey (1969) introduziram a noção de necessidades mínimas de população citadina, que se aproxima muito do conceito de atividade não-básica.

Entre os estudos brasileiros, que não são numerosos, menciona-se, primeiramente, o desenvolvido por Davidovich (1964), que inclui as principais cidades da rede urbana brasileira. Neste trabalho é definido o comportamento das cidades de acordo com as diferentes formas de convergência industrial. Dois tipos básicos de cidades são identificados, o primeiro referindo-se às cidades que apresentam uma "feição industrial", e o segundo relativo às cidades de "feição mercantil": as primeiras ocorrem no Centro-sul, enquanto as segundas nas Regiões Norte e Nordeste.

A partir das proposições de Ullman e Dacey a geógrafa Ruth Magnanini: (1971) estabeleceu a classificação das cidades catarinenses. A fonte de dados é o Censo Demográfico de 1960, onde são indicados 11 ramos de atividades a que a População Economicamente Ativa se dedica. As cidades foram divididas em cinco estratos de tamanho e para cada um verificou-se qual era, para cada ramo de atividade, o percentual mais baixo de ocorrência. Este percentual definia as necessidades mínimas, sendo considerado como relativo a uma atividade não-básica: o excesso foi considerado como constituindo uma atividade básica. A partir de então estabeleceu-se a classificação funcional das cidades, tendo sido definidos seis tipos:

- 1) centro industrial (São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Timbó, Pomerode, Blumenau etc.);
- 2) centro de transporte (São Francisco do Sul, Itajaí etc.);
- 3) centro de serviços (Lajes, Criciúma, Chapecó, Joaçaba, São Miguel do Oeste etc.);
- 4) centro de serviços e indústria (Videira, Curitiba etc.);
- 5) centro de serviços e transporte (Laguna e outros); e
- 6) centro político-administrativo (Florianópolis).

O estudo de Copstein (1975) para as cidades gaúchas está baseado também nas proposições de Ullman e Dacey.

Davidovich (1978), por sua vez, estabeleceu uma classificação das cidades nordestinas de acordo com as suas funções urbanas. Considerou as sedes municipais que em 1970 possuíam 7 000 habitantes e mais. Semelhantemente ao estudo sobre as cidades catarinenses, a autora utiliza as variáveis do Censo Demográfico que descrevem as atividades da População Economicamente Ativa.

A análise fatorial foi adotada. Trata-se de uma técnica descritiva que agrupa as variáveis que apresentam um mesmo padrão de comportamento, originando *fatores* ou dimensões básicas de variação. Quatro foram identificados: o primeiro agrupava as variáveis referentes ao emprego no setor terciário, enquanto o segundo contrapunha variáveis relativas aos empregos industriais e agrícolas; o terceiro referia-se à construção civil e o quarto ao que foi denominado de terciário superior. Através do agrupamento dos *scores* dos centros em cada um dos fatores foi estabelecida a classificação funcional das cidades: núcleos da dominância do emprego no setor primário, de dominância do emprego nas atividades industriais e de dominância do emprego no terciário. Uma das contribuições do estudo em tela foi a de, a partir de dados desagregados, identificar os pequenos núcleos eminentemente rurais.

Variações no arranjo estrutural e espacial

Christaller (1966) em sua clássica obra discute longamente os efeitos das variações das densidades demográficas, da renda e sua distribuição, do comportamento espacial dos consumidores, assim como das mudanças ao longo do tempo destas e outras características, sobre o arranjo estrutural e espacial das redes de localidades centrais. Berry e Barnum (1962) retomam esta temática propondo modelos matemáticos que permitem, ao nível explicativo, dar conta dessas variações.

Ao lado das discussões teóricas sobre a questão há inúmeras evidências empíricas que mostram a riqueza do mundo real. Na

realidade, as rígidas proposições formais expressas por modelos hexagonais e por progressões K constantes do número de centros em cada nível hierárquico, $K = 3$, $K = 4$ e $K = 7$, são substituídas por novas construções teóricas. Assim, Marshall (1969) fala de sistemas hierárquicos perfeitos e imperfeitos, enquanto Johnson (1970) estabelece o conceito de sistema dendrítico e Smith (1976) considera três variantes de redes de localidades centrais: *primate systems*, *feeder systems* e *top-heavy systems*, em cada um deles variando o número de centros e níveis hierárquicos.

A evidência de fortes variações na rede urbana brasileira já aparece nos estudos de autores como Geiger (1963) e Keller (1972). Esta temática, entretanto, não despertou grande interesse entre os geógrafos brasileiros. Uma das poucas tentativas explícitas de abordar o tema está no trabalho de Duarte (1977 b) sobre Rondônia, uma área subpovoada e de grande extensão. O autor mostra que em áreas como estas existe uma hierarquia urbana de acordo com os princípios da teoria das localidades centrais. É, no entanto, necessário que se analisem não apenas as redes municipais, mas também as vilas e povoados.

O estudo de Cardoso e Azevedo (1982) constitui excelente contribuição ao tema em pauta. Nele a rede brasileira de localidades centrais é considerada a partir da análise das 85 capitais regionais e das cidades de suas hinterlândias, tal como foi definida nos estudos coordenados por Corrêa (1987 a).

As autoras identificaram seis tipos de redes regionais, cada um resultando de uma combinação de duas possibilidades de arranjo espacial e três de arranjo estrutural. Por arranjo espacial entende-se, no presente contexto, a posição de capital regional em face dos centros por ela subordinados: foram definidas uma posição central e outra excêntrica. Por arranjo estrutural entende-se, basicamente, a existência ou não de centros intermediários, os centros sub-regionais e os centros de zona: foram definidas, primeiramente, uma estrutura em que os dois tipos de centros estão ausentes, outra onde apenas os centros de zona

estão presentes e uma, outra onde ambos fazem parte da rede de localidades centrais.

A partir daí as 85 capitais regionais e suas redes foram classificadas. O tipo mais numeroso é aquele onde a capital regional está centralmente localizada e em sua hinterlândia os centros sub-regionais e de zona estão presentes: são 30 capitais regionais. Verificou-se, por outro lado, que 19 capitais regionais estão excentricamente localizadas em face das respectivas hinterlândias, não possuindo em nenhuma delas um único centro sub-regional: trata-se, assim, de redes do tipo dendrítico. Outras capitais regionais, em número de 17, apresentam uma posição excêntrica, dispondo, porém, dos dois tipos de centros intermediários.

O trabalho em tela finaliza suscitando questionamentos sobre as relações entre processo e forma, aparecendo assim como uma base para novas investigações.

Os mercados periódicos

Os mercados periódicos constituem um dos modos como está estruturada a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. São eles núcleos de povoamento, via de regra pequenos, que periodicamente transformam-se em localidades centrais. Fora dos dias de mercado, caracterizados por um intenso movimento comercial, estes núcleos voltam a ser pacatos centros rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias. No caso brasileiro, as "feiras" das pequenas e médias cidades nordestinas são exemplos típicos de mercados periódicos.

Estudos sobre uma feira específica foram realizados pelos geógrafos brasileiros, como se exemplifica com o estudo da feira de Caicó, Rio Grande do Norte, realizado por Felipe (1982). No entanto, o interesse em se compreender a rede de mercados periódicos enquanto formas de organização sócio-espacial das atividades econômicas e sociais tem sido muito limitado, a despeito das numerosas contribuições teóricas e empíricas sobre a temática no que se refere aos países subdesenvolvidos: neste sentido os estudos de Stine (1962) e Skinner (1964) são notáveis contribuições, assim como as

revisões bibliográficas realizadas por Smith (1979) e Smith (1980).

Corrêa (1988 a), através de uma tentativa de sintetizar os estudos realizados no âmbito desta temática, apresenta o tema e inclui alguns apontamentos sobre os mercados periódicos do Agreste e Sertão alagoanos. Nestas áreas as feiras ocorrem em pequenos, médios e grandes centros, como é o caso de Arapiraca. Desempenham elas um enorme papel no processo de circulação de mercadorias, sendo de vital importância para os pequenos centros. Já em Arapiraca a feira está inserida na vida comercial da cidade, convivendo com o comércio estabelecido, inclusive com modernas empresas do setor terciário. Ao contrário do que a bibliografia sobre o assunto afirma, não existe uma sincronização espaço-temporal nos deslocamentos dos feirantes. Foi observada, entretanto, uma variação sazonal nos itinerários realizados por alguns feirantes. Esta variação contrapõe os meses de "inverno", quando os deslocamentos se fazem no Agreste e Sertão, aos de "verão", quando se realizam na Zona da Mata.

Um estudo mais completo aparece em Diniz (1987), onde o autor analisa as feiras de Sergipe como expressão do circuito inferior da economia e como parte integrante do sistema urbano estadual. Foi estabelecida uma hierarquia das feiras com base no "método" Palomäki e elas foram analisadas segundo o tamanho, expresso pelo número de feirantes, e de acordo com os dias da semana em que são realizadas: a grande maioria delas realiza-se nos dias de sábado, domingo e segunda-feira. Os tipos de feirantes foram também analisados, sendo evidenciada a riqueza de tipos (feirante-prestador de serviços, feirante-intermediário estabelecido, feirante-intermediário marginal, feirante-ambulante, feirante-comerciante e feirante-produtor).

Uma análise dos lugares de residência dos feirantes e dos seus itinerários, os denominados anéis de mercado, permite identificar a espacialidade das feiras. O estudo finaliza com a definição da área de influência das feiras sergipanas. Trata-se de excelente contribuição ao tema, onde uma promissora dimensão de análise das redes urbanas do Nordeste é focalizada.

Os centros de gestão das atividades econômicas

A temática do papel das cidades como locais de gestão das atividades econômicas tem sido, a partir da década de 60, incorporada ao temário de rede urbana. As cidades são vistas como locais de concentração de sedes sociais de empresas cujas atividades se realizam, em parte, nas respectivas hinterlândias: desempenham, assim, um papel de gestão econômica e territorial.

O estudo de Fillâtre, comentado por Rochefort e Hautreux (1963), estabelece o conceito de assalariados externos, isto é, empregados que trabalham em estabelecimentos localizados em outras cidades que aquela onde se situa a sede social da empresa. Os trabalhos de Goodwin (1965) e de Pred (1974) são importantes para o tema: o primeiro analisa o papel das cidades norte-americanas no controle das principais empresas; o segundo considera a mesma questão em diversos países, detalhando mais em relação aos Estados Unidos. Foi verificado que no escalão superior da hierarquia urbana, os centros metropolitanos, estão os principais centros de gestão econômica e territorial: no caso norte-americano, contudo, a importância da função de controle não está integralmente vinculada à posição hierárquica dos centros urbanos.

Em relação ao Brasil, o primeiro estudo sobre o tema em pauta foi realizado por Corrêa (1968 a). Utilizou ele o conceito de assalariados externos para verificar a importância das metrópoles brasileiras no que se refere ao controle das atividades das respectivas hinterlândias. O Cadastro Industrial do IBGE, referente ao ano de 1962, constituiu-se na fonte de dados. A análise do material empírico evidenciou a enorme importância de São Paulo como centro de controle de atividades diversificadas que se distribuíam por todo o país. Em segundo lugar apareceu a cidade do Rio de Janeiro que se distinguia de São Paulo por sediar as principais empresas estatais do país, e por atuar principalmente em nível nacional, tendo uma relativamente fraca atuação como centro de gestão em sua hinterlândia regional.

As cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, metrópoles regionais, controlavam atividades localizadas quase que exclusivamente em suas respectivas hinterlândias. Essas atividades eram pouco diversificadas e caracterizavam sobremaneira a produção em cada uma das hinterlândias.

Magnanini e Lima (1971) consideraram os centros urbanos segundo a intensidade e especialização de função de direção e controle, a partir do número de sedes sociais ali existentes e do montante de capital controlado. A fonte de dados foi a revista *Visão* que no número de setembro de 1967 (*Quem é Quem na Economia Brasileira*) indicou a lista das 1 244 maiores empresas privadas públicas do país, distribuídas segundo várias atividades.

Foi verificado que 93 cidades controlavam, pelo menos, uma única empresa. São Paulo destacava-se nitidamente, controlando 44,20% do capital das principais empresas. Seguia-se o Rio de Janeiro com 34,29%, e com uma estrutura menos diversificada que a da metrópole paulista. Brasília aparecia em terceiro lugar, controlando 5,68% do capital total. As metrópoles do Centro-sul tinham maior expressão como centros de controle e decisão que as das Regiões Norte e Nordeste. A Região Centro-sul, por outro lado, concentrava numerosos centros que exerciam um papel muito especializado em relação às atividades controladas: Santos, Campinas, Ponta Grossa, Jundiaí, Piracicaba e Blumenau são alguns dos mais expressivos exemplos.

Apoiada na mesma fonte de dados, e com informações relativas aos anos de 1968 e 1984, Cordeiro (1987) define os centros de controle e decisão do país através da localização das sedes sociais das 1 000 maiores empresas não-financeiras. Com base nos dados da *Revista Bancária Brasileira* a autora considera também as atividades financeiras e seu controle.

Em face das atividades não-financeiras, foi verificada a proeminência e persistência de São Paulo e Rio de Janeiro como os principais centros de controle e decisão. Constatou-se, por outro lado, a ampliação desta função em Brasília e nas metrópoles regionais. Em relação às atividades financeiras

ras verificou-se enorme concentração dos bancos e acentuação do poder de decisão em São Paulo, o epicentro da economia capitalista brasileira.

O estudo de Corrêa (1988 c) considera o processo de concentração dos bancos comerciais que se verificou no período 1961-1985 e suas implicações na distribuição espacial dos centros de gestão econômica e territorial. Foi constatado, efetivamente, que a metrópole de São Paulo emergiu como o grande centro financeiro do país, e que o Rio de Janeiro desceu para um plano bastante secundário. As metrópoles regionais evoluíram diferentemente: Belo Horizonte, Salvador e Curitiba concentram grandes bancos nacionais, enquanto Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Belém, bancos de importância menor. As capitais regionais, que detinham bancos em 1961, foram, em sua quase totalidade, alijadas da função de gestão das atividades financeiras. Há, assim, uma relação mais complexa entre hierarquia urbana e centros de gestão financeira.

AS RELAÇÕES CIDADE-REGIÃO

O tema das relações cidade-região constitui uma transformação da clássica temática cidade-campo. Com a formação de redes urbanas regionais, nacionais e internacionais, as relações econômicas e sociais espacializadas passam a ser controladas por uma cidade dominante que atua sobre uma relativamente vasta hinterlândia constituída por cidades menores e por áreas rurais, em muitos casos diferenciadas em termos de estruturas e paisagens agrárias. Esta temática tem, dada a sua importância, merecido a atenção de historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas e geógrafos, tanto positivistas como marxistas.

A geografia francesa, ao contrário da anglo-saxônica, privilegiou de muito esta temática cujas origens se encontram nos estudos regionais da escola possibilista e que, a partir dos anos 50, evoluíram, em parte, para a temática das relações cidade-região. O estudo de Dugrand (1963) é, neste sentido, de fundamental importância. Pierre George (1964), por sua vez, realizou

um esforço de sintetizar as referidas relações: atração da população rural pela cidade, drenagem urbana da renda fundiária, a comercialização da produção rural, os investimentos e a criação de trabalho pela cidade, e a distribuição de bens e serviços.

Não são numerosos os estudos de geógrafos brasileiros sobre o tema em questão. O trabalho de Nimer e Binsztok (1967) constitui uma referência inicial. Depois de terem sido analisados o quadro natural, o povoamento e o quadro agrário em torno da cidade de Castelo no Espírito Santo, os autores analisam as relações cidade-campo e com Cachoeiro de Itapemirim. A pequena cidade de Castelo é "um produto de sua zona rural", sendo muito mais um centro de convergência da produção rural, especialmente café, do que um local de distribuição de bens e serviços, isto se devendo em razão da grande auto-suficiência de grande parte da população rural constituída por pequenos produtores de origem italiana.

Com base nas proposições de George e Dugrand, foi realizado, sob a coordenação de Corrêa (1970), um estudo sobre as relações cidade-região no sudeste paranaense. Anteriormente Corrêa (1969) já tinha explicitado o elenco de temas a serem abordados num estudo desta natureza.

O sudeste paranaense é uma região colonizada por pequenos proprietários rurais provenientes, em sua maioria, do Rio Grande do Sul. São predominantemente de origem italiana e alemã e, ao final da década de 60, quando foi realizada a pesquisa, dedicavam-se preferentemente à policultura baseada no trinômio feijão-milho e porco. O estudo indicou que, dado o caráter recente da colonização da região, após 1945, as populações urbanas e rural tinham as mesmas origens, isto é o Alto Vale do Uruguai e as velhas áreas coloniais do território gaúcho. Dada a estrutura fundiária regional, caracterizada por unidades com área de 25-50 hectares (1-2 "colônias"), e às vezes menos, o absenteísmo rural e a conseqüente drenagem urbana da renda fundiária eram pouco expressivos; já se verificava, entretanto, o início de um processo de apropriação citadina de terras rurais.

Dado o caráter policultor, as cidades do Sudoeste eram ativos centros de comercia-

lização da produção rural, especialmente Francisco Beltrão e Pato Branco. Os mecanismos de comercialização são identificados indicando que se trata de uma cadeia de exploração que se inicia fora da região. A distribuição de bens e serviços está fortemente estruturada como parte do mecanismo de comercialização da produção rural, colocando em primeiro plano a cidade de Pato Branco e em segundo a de Francisco Beltrão: a primeira delas, mais antiga, é dotada de serviços de âmbito regional, dispondo de empresas comerciais especializadas, desvinculadas diretamente do mundo rural.

O estudo de Corrêa (1988 b) constitui uma tentativa de se repensar a temática em consideração. Sem abandonar o elenco de temas sugeridos por George (1964), o autor procura articulá-los de modo a agrupá-los em um único processo de exploração de grande cidade sobre as cidades menores e o campo, processo este que, para efeito de análise, desdobra-se em dois ciclos de exploração. Trata-se, na realidade, de uma contribuição teórica ao tema das relações cidade-região.

REPENSANDO A REDE URBANA

A dinâmica da rede urbana, expressão e condição das transformações sócio-espaciais, tem chamado a atenção dos geógrafos brasileiros. Assim, Geiger (1963) e Santos (1967) discutem o impacto da industrialização sobre as funções e a hierarquia urbana. Procuram, assim, refletir, pensar sobre a rede urbana brasileira.

Pensar e repensar a realidade a partir de seu movimento constitui uma das tarefas fundamentais dos pesquisadores em ciências sociais. Neste sentido os geógrafos brasileiros têm realizado esta tarefa. Consideraremos aqui aqueles trabalhos que especialmente no plano da reflexão, procuraram repensar a temática das hinterlândias, hierarquias e redes urbanas no âmbito de outro paradigma, procurando romper com o positivismo lógico que, especialmente durante a década de 70, influenciou muito o pensamento geográfico sobre o tema em tela.

Sem dúvida que a proposição de Santos (1979) sobre os dois circuitos da economia

urbana constitui a principal contribuição dos geógrafos brasileiros ao tema em questão. Segundo Santos (1979) os trabalhos pioneiros sobre o assunto devem-se a J. H. Boeke, com um estudo de 1942 sobre a Indonésia, a Clifford Geertz e, sobretudo, a Theodore Mc Gee. Milton Santos, a quem se deve a sistematização sobre o tema, vem, desde o final da década de 60, abordando a questão, conforme aparece nos *Annales de Géographie* (1970) e na revista *Antipode* (1977), entre outros. Trata-se de uma contribuição teórica à geografia geral; versões integrais de suas idéias apareceram em francês (Santos, 1975), em inglês (Santos, 1978 a) e em português (Santos, 1979).

De acordo com Santos (1979), o processo de modernização tecnológica, verificado nos países subdesenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial, por atuar de forma muito relativa, teve o papel de dividir a vida econômica desses países em dois circuitos de produção, distribuição e consumo. Um deles, o circuito superior, resulta diretamente da modernização tecnológica, enquanto o outro, o circuito inferior da economia, deriva indiretamente da modernização tecnológica, dirigindo-se aos indivíduos que pouco ou nada se beneficiaram com o progresso.

Os dois circuitos econômicos, no entanto, não podem ser vistos como constituindo um dualismo ou uma dicotomia urbana. Ao contrário, constituem uma bipolarização, pois possuem a mesma origem, o mesmo conjunto de causas, apresentando-se interligados: não estão isolados entre si, havendo articulação de complementaridade e de dependência, envolvendo intercâmbios de insumos entre os dois circuitos.

De modo simplificado considera-se que o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústrias voltadas para a exportação, pela indústria moderna vinculada ao mercado interno, pelos serviços modernos e empresas atacadistas e de transportes. Sua clientela, urbana ou regional, é formada pelas classes ricas, satisfazendo, entretanto, parcelas expressivas das demandas da classe média. O circuito inferior, por sua vez, é constituído por atividades que não utilizam capital de modo intensivo, possuindo ainda

uma organização primitiva: a fabricação de bens sucedâneos de produtos sofisticados, e certas formas de comércio e de serviços compõem a ampla gama de atividades do circuito inferior que atende, sobretudo, aos pobres.

Em relação às redes urbanas os dois circuitos estão presentes, definindo dois padrões de fluxos e duas zonas de influência que coexistem na mesma rede. Milton Santos discute este ponto a partir dos conceitos de alcance espacial mínimo ou limiar e de alcance espacial máximo de Christaller: em resumo, as pequenas localidades centrais, que atuam sobretudo através do circuito inferior, apresentam um relativamente amplo alcance espacial máximo; as grandes cidades, por sua vez, possuem um amplo alcance espacial máximo no que se refere às atividades do circuito superior, apresentando, entretanto, uma atuação espacialmente descontínua.

Milton Santos, finalmente, considera o modelo hexagonal de Christaller modelo estruturado de acordo com o princípio de mercado. Nele são definidas as duas áreas de influência que cada nível da hierarquia apresenta.

A proposição do autor em tela foi parcialmente verificada por Freire, Sant'Anna, Teixeira e Corrêa (1978), que analisaram os padrões espaciais de compras da população de uma pequena vila, a de São Vicente de Paula no município fluminense de Araruama. Constatou-se que, efetivamente, a população que tinha nível de renda mais elevado utilizava a hierarquia urbana regional para realizar suas compras; a população pobre, por sua vez, acabava por privilegiar a própria vila onde comprava praticamente tudo o que necessitava.

Este estudo, por outro lado, ratificou também a proposição de Corrêa (1977). Nele o autor admite que a rede de localidades centrais pode ser segmentada em dois planos. O primeiro inclui a hierarquia completa de centros que atendam à população de médio e alto *status* social. O segundo considera os mesmos centros atuando apenas como localidades de mais baixo nível hierárquico, atendendo à população pobre. Trata-se assim, de uma outra contribuição teórica para a temática a hierarquia urbana.

Ainda nesta temática, e a partir de seus estudos da década de 70, Santos (1987) comenta que a rede urbana não é freqüentada por todos, existindo realmente para aqueles que dispõem de renda. Comenta ainda, Santos (1988), que a própria noção de hierarquia urbana deve ser atualizada: as relações não são mais segundo um esquema "piramidal e militar", comportando também relações entre centros de distintos níveis hierárquicos.

A contribuição de Corrêa (1982), por outro lado, refere-se particularmente à rede de localidades centrais. Afirma o autor que há necessidade de se superar dialeticamente a teoria vigente, apontando para isto cinco proposições. A primeira refere-se ao fato de se considerar a rede de localidades centrais como um produto do capitalismo, tendo assim a sua historicidade. A segunda afirma que a rede de centros é uma estrutura territorial ligada à acumulação capitalista e à reprodução dos grupos sociais. A terceira refere-se às diferenciações nas redes de localidades centrais, enquanto a quarta procura mostrar que nas áreas pouco industrializadas há uma correlação muito forte entre hierarquia e as outras funções urbanas. A última proposição, finalmente, procura estabelecer as relações entre rede de localidades centrais e a fase monopolista do capitalismo.

Corrêa (1987 b), por outro lado, ainda propõe a periodização da rede urbana da Amazônia, estabelecendo uma relação espaço-tempo. Segundo ele é possível estabelecer-se a periodização das formas espaciais, isto é, definir os diversos momentos através dos quais se deu a dinâmica da rede urbana. Esta temática já apareceu no trabalho de Santos (1959 b) sobre as cidades do Recôncavo Baiano. Segundo Corrêa cada período é marcado por uma combinação específica dos elementos que definem a rede urbana: gênero, funções, dependência a um ou outro produto, sítio, paisagem, a ampliação do número de centros, padrão espacial, agentes sociais e articulações externas. Sete períodos foram identificados:

a) fase inicial da implantação de Belém e o início da conquista do território (1616-1655);

- b) fase caracterizada pelos fortins, aldeias missionárias e “drogas do Sertão” (1655-1755);
- c) curta e próspera fase sob a égide da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1785);
- d) fase da estagnação do final do Século XVIII à metade do Século XIX: estagnação urbana;
- e) fase do *boom* da borracha (1850-1920): novos centros urbanos emergem e os antigos se revigoram;
- f) nova fase da estagnação (1920-1960): estagnação urbana; e
- g) fase pós-1960 que ainda perdura: a rede urbana é afetada pela forte ação do capital e do Estado. Núcleos urbanos novos ao longo de rodovias, *company towns*, articulação maior com o Centro-sul do país e ascensão de Manaus à condição de metrópole regional são as principais modificações na rede urbana.

Corrêa (1988 b), finalmente, apresenta uma proposição para o estudo da rede urbana. Esta pode ser estudada em termos de reflexo *da* e condição *para* a divisão territorial do trabalho, em termos de sua periodização, considerando as relações com a forma espacial e de acordo com os ciclos de exploração da grande cidade sobre as cidades menores e o campo. Segundo esta última abordagem há dois ciclos de exploração. O primeiro implica em fluxos do campo e das cidades menores para a grande cidade (migrações, produtos rurais e matérias-primas, e renda fundiária); o segundo, que em realidade realimenta o primeiro, caracteriza-se pelo investimento de capitais urbanos no campo, na distribuição de bens e serviços, na difusão de valores e ideais. Trata-se, na realidade, de uma tentativa de repensar as proposições de George (1964) à luz de um quadro teórico articulador de cada uma dessas relações.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Esta avaliação para ser concluída precisa tentar dar conta das generalizações e conclusões parciais a que os estudos chegaram: é o lado positivo da vasta produção

geográfica brasileira. Precisa também evidenciar o lado negativo, ressaltando as lacunas e a leitura enviesada existente em muitos trabalhos. Finalmente é conveniente e possível, à luz do que foi exposto, sugerir uma agenda de pesquisas para os próximos anos. Em nenhum dos casos acima apontados esgotar-se-ão possibilidades de comentários e indicações.

Entre as generalizações e conclusões parciais a que chegaram os estudos realizados estão:

- a) conhecimento descritivo da hierarquia urbana brasileira e das áreas de influência das cidades. Foram identificados seis níveis de centros — metrópoles nacionais, metrópoles regionais, centros submetropolitanos, capitais regionais, centro sub-regionais e centros de zona;
- b) algumas variações referentes ao arranjo funcional, estrutural e espacial de redes regionais, que indicam a variedade e intensidade desigual dos processos que atuam no espaço brasileiro;
- c) conhecimento geral sobre os processos que originaram e alteraram a rede urbana brasileira. A dinâmica desta é razoavelmente conhecida;
- d) elaboração de um quadro teórico referente aos circuitos superior e inferior da economia urbana. Constitui esta proposição importante contribuição à geografia urbana geral;

Adicionalmente, vale ressaltar um considerável acervo de técnicas que foi absorvido pelos geógrafos brasileiros.

No que se refere às lacunas e leitura enviesada pode-se indicar, entre outras, as seguintes:

- e) pequeno grau de reflexão teórica sobre os resultados empiricamente obtidos, tanto nos estudos sobre a hinterlândia de uma dada cidade, como nos numerosos estudos descritivos de redes de localidades centrais. A maioria dos estudos não foram concebidos a partir de questionamentos à teoria ou ao mundo real, não se referenciando ao final a um quadro teórico balizador dos resultados. Os trabalhos realizados são eminentemente descritivos;
- f) ausência de uma postura crítica na grande maioria dos estudos realizados. O princí-

pio da neutralidade científica, próprio do positivismo lógico, foi incorporado pela maior parte dos geógrafos que abordaram a temática em tela. A cidade e a rede urbana, conforme já se mencionou, eram implicitamente vistas como "coisas", engrenagens que deveriam funcionar de acordo com mecanismos de equilíbrio. Repita-se, acumulação de capital, agentes sociais concretos e lutas de classes não existiriam, tendo sido substituídos por desenvolvimento, pelo mercado e pela eficiência e equidade sócio-espacial; e

É conveniente notar que após 1978, quando parte dos geógrafos brasileiros adotaram uma postura crítica fundada no materialismo histórico e dialético, o tema das hinterlândias, hierarquias e redes é colocado à margem e, além disso, parte do que foi produzido durante a década de 80 o foi segundo uma abordagem teórico-quantitativa ou empregando "métodos" mais tradicionais ainda. Nos anos 80 enfatizaram-se, na realidade, no âmbito da geografia urbana brasileira, os estudos intra-urbanos, privilegiando especialmente temas vinculados ao espaço residencial das cidades. Poucos são os geógrafos que abordaram o tema em questão sob um ângulo crítico.

Esperamos que o relativo abandono da temática das hinterlândias, hierarquias e redes não seja o resultado de uma associação maniqueísta entre temas e postura crítica, herdada de uma fase onde tais estudos foram feitos no âmbito do sistema de planejamento regional: neste maniqueísmo alguns temas são irrelevantes, alienantes e passíveis exclusivamente de um tratamento de acordo com os preceitos do positivismo lógico.

g) muito limitado o número de estudos sobre outros relacionamentos entre cidade e região. A distribuição de bens e serviços, que tem como suporte a teoria das localidades centrais, constituiu o tipo predominante de relacionamento considerado. Estudos sobre a comercialização de produtos rurais e a drenagem da renda fundiária, por exemplo, são praticamente inexistentes, não possibilitando uma apreensão mais rica da realidade urbana do país.

Vejamos agora algumas sugestões para pesquisa:

a) estudos sincrônicos de redes de localidades centrais procurando verificar semelhanças e diferenças bem como os determinantes dos arranjos funcional, estrutural e espacial;

b) estudos diacrônicos de uma mesma rede de localidades centrais procurando identificar os períodos e características funcionais, estruturais e espaciais de sua existência;

c) estudos a respeito dos dois circuitos da economia urbana nas diferentes regiões do Brasil;

d) estudos sobre os mercados periódicos (Nordeste) e formas ambulantes de comércio como o "regatão" (Amazônia); e

e) estudos sobre as relações cidade-região nos mais diversos contextos regionais (Campanha gaúcha, zonas coloniais industrializadas do Sul do país, zona industrial de Campinas, sertão baiano, fronteira agrícola etc.). Sugere-se a adoção do enfoque dos ciclos de exploração como referencial teórico. Algumas das relações específicas, como a drenagem da renda fundiária, podem ser contempladas, sem se perder, no entanto, o conjunto das relações cidade-região.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM FILHO, Oswaldo B. Patos de Minas: Uma cidade média em Minas Gerais e sua região. *Geografia*, Rio Claro, 3 (5): 69-98, 1978.
- BECKER, Olga M. S. *Regionalização*. Porto Alegre, SDRP, 1974.
- BERGÓ, Maria Estela A. Estudo geográfico da cidade de Campinas. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Anais. v.3, 641-94, 1952.
- BERNARDES, Lysia M. C. Ensaio de delimitação da região urbana do Rio de Janeiro. In: NOTAS PARA O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO URBANA NA REGIÃO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1962a. p. 2-16. IPGH. (Publicação do Instituto Pan Americano de Geografia e História., 139)

- _____. Setores de organização urbana na região do Rio de Janeiro. In: NOTAS PARA O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO URBANA NA REGIÃO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 1962b. p. 17-28. IPGH. (Publicação do Instituto Pan Americano de Geografia e História, 139).
- _____. *O Rio de Janeiro e sua região*. Rio de Janeiro, IBGE, 1964a, 164p.
- _____. Regiões geo-econômicas. In: Diagnóstico sócio-econômico do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará. p. 38-67, 1964b.
- _____. Interligação dos núcleos populacionais. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro. 28 (210): 3-44. 1969.
- _____. Considerações sobre a região do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 33 (4): 99-107, out./dez. 1971.
- BERRY, Brian J. L.; BARNUM, H. G. Aggregate relations and elemental components of central place systems. *Journal of Regional Science*, Philadelphia, 4 (1): 35-42. 1962.
- CARDOSO, Maria Francisca T. C. Campina Grande e sua função como capital regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro 25 (4): 415-51, out./dez. 1963.
- _____. Caruaru; A cidade e a sua área de influência. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 27 (4): 587-614, out./dez. 1965.
- _____.; AZEVEDO, Lília M. P. Rede de localidades centrais; Uma tipologia aplicada ao Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 44 (4): 639-75, out./dez. 1982.
- CARRUTHERS, Ian. A classification of service centers in England and Wales. *The Geographical Journal*, London, 123 (3): 371-385, 1957.
- CHAVES, E. A. P. O município e a cidade de Botucatu. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Anais, v.3: 584-622. 1952.
- CHRISTALLER, Walter. Central Places in Southern Germany. Engkwood cliffs, prentice-hall inc, 1966. 230p.
- COPSTEIN, Gisela. As funções básicas das cidades gaúchas. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, 2: 1-15, 1975.
- CORDEIRO, Helena K. Os principais pontos de pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, 16-7 (31-4): 153-96, 1987.
- CORRÊA, Roberto L. Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 27 (2): 233-58, 1965.
- _____. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 29 (4): 93-116, 1967.
- _____. Contribuição do estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 30 (2): 56-87, 1968a.
- _____. Centralidade. In: Subsídios à regionalização. Rio de Janeiro, IBGE: 179-208, 1968b.
- _____. Estudo das relações entre cidade e região. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 31 (1): 43-56, 1969.
- _____. Cidade e região sudeste paranaense. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 32 (2): 3-155, 1970.
- _____. Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 36 (1): 3-32, jan./mar. 1974.
- _____. Status sócio-econômico e centralidade. Uma interpretação. *Geografia*, Rio Claro, 2 (3): 51-59, 1977.
- _____. A Geografia urbana no Brasil. Uma avaliação. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Sessões dirigidas, AGB: 9-12, 1978.
- _____. Repensando a teoria das localidades centrais. In: Novos rumos da geografia brasileira, org. Milton Santos. São Paulo, Hucitec: 50-65, 1982.
- _____. Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro, IBGE/MDU, 1987. 183p.
- _____. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 49 (3): 39-68, jul./set. 1987b.
- _____. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 50 (1): 61-83, jan./mar. 1988a.
- _____. O estudo da rede urbana: Uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 50 (2): 107-124, abr./jun. 1988b.
- _____. Concentração bancária e os centros de gestão do território. In: 7º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Anais. AGB. 1988c.
- _____. LOJKASEK, Vanda S. Uma definição estatística da hierarquia urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 34 (3): 154-171, 1972.

- _____. TEIXEIRA, Marelene P. V. Circulação intermunicipal de ônibus e sistema de localidades centrais: Um teste. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 246: 17-22, 1977.
- DAVIDOVICH, Fany R. Tipos de cidades brasileiras. *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro, 60: 5-16, 1964.
- _____. Formas de projeção espacial das cidades na área de influência de Fortaleza. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 33 (2): 39-101, 1971.
- _____. Funções urbanas no nordeste. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 40 (2): 142-191, 1978.
- DIAS, Catharina V. Sistema urbano. In: GEOGRAFIA DO BRASIL, Região Norte, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, 425-62, 1977.
- DINIZ, José Alexandre F. A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 31 (3): 103-150, 1969.
- _____. O subsistema urbano-regional de Aracaju. *Série Estudos Regionais*, 15. Recife, SUDENE, 1987. 345p.
- DINIZ, Maria do Socorro. A rede de localidades centrais do Rio Grande do Sul determinada através da teoria dos grafos. *Boletim Carioca de Geografia*, RJ, 23: 17-34, 1972.
- DUARTE, Aluizio C. Aracaju e sua região. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 220: 3-130, 1972.
- _____. Sistema urbano. In: GEOGRAFIA DO BRASIL, Região Sul, Rio de Janeiro, IBGE, v. 5, 453-526: 1977a.
- _____. Hierarquia de localidades centrais em áreas sub-povoadas: O caso de Rondônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 39 (2): 135-46, 1977b.
- DUGRAND, Raymond. *Villes et campagnes en Bas-Langue*. Doc. Paris, Presses Universitaires de France, 638 p. 1963.
- FAISSOL, Speridião. O processo de difusão no sistema urbano brasileiro: Análise do padrão de distribuição espacial de centros urbanos e seu ajustamento a distribuição de probabilidade. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 35 (3): 3-106, 1973.
- _____. Regiões nodais/funcionais: Alguns comentários conceituais e metodológicos. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 37 (1): 85-94, 1975.
- _____. OLIVEIRA, Maria das Graças; PEDROSA, Armindo Alves. A cadeia de markov como método descritivo da distância funcional: Delimitação da regiões funcionais e nodais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 34 (4): 31-75, 1972.
- _____. GALVÃO, Marília V.; GEIGER, Pedro P. Estudos urbano-regionais na área de influência de Recife. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 37 (1): 3-49, 1975.
- FELIPE, José L. A. A ideologia da modernidade e a feira-livre. O caso de caicó. In: 5º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Contribuições científicas. Anais, v. 1, Porto Alegre, AGB: 361-62, 1982.
- FREDRICH, Olga M. B. L. Algumas reflexões sobre a geografia urbana no Brasil. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Sessões dirigidas, Fortaleza, 23-29, 1978.
- FREIRE, Lucy, et alii. O sistema urbano brasileiro: Uma análise através dos fluxos aéreos de passageiros. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 29 (1): 82-101, 1977.
- _____. et alii. O efeito da renda no comportamento espacial dos consumidores. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, comunicações, Fortaleza. Anais AGB: 246-48, 1978.
- GEHLEN, Iegle. Significado do fluxo de passageiros na vida de relação. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 222: 51-9, 1971.
- GEIGER, Pedro P. Exemplos de hierarquia de cidades no Brasil. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, 10 (3 e 4): 5-15, 1957.
- _____. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro. Centro Brasileiro de Pesquisas Eduacionais, 462 p. 1963.
- _____. DAVIDOVICH, Fany R. Aspectos do fato urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 23 (2): 263-362, abr./jun. 1961.
- GEORGE, Pierre. *Précis de Géographie Urbaine*. Paris, Presses Université de France, 287p. 1964.
- GOODWIN, William. The Management Centers in the United States. *Geographical Review*. New York, 55 (1): 1 – 16, 1965.
- GREEN, F. H. W. Urban Hinterland in England and Wales: An Analysis of Bus Services. *The Geographical Journal*, London, 116 (1-2): 64-88. 1950.
- GUIMARÃES, Maria Rita S. Determinação da hierarquia dos centros urbanos na Região do Rio de Janeiro, através de métodos indiretos. In: NOTAS PARA O ESTADO DA ORGANIZAÇÃO UR-

- BANA NA REGIÃO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, IPGH, 1962. p. 29-31. (Publicação do Instituto Pan Americano de Geografia e História., 139).
- _____. Sistema urbano. In: GEOGRAFIA DO BRASIL, Região Centro-Oeste, Rio de Janeiro, IBGE, v. 4, p. 329-58, 1977.
- HARRIS, Chauncy D. Classification of cities in the United States. In: Readings in Urban Geography, org. Harold Mayer e C. F. Kohn. Chicago, The University of Chicago Press: 129-38. 1959.
- JOHSON, E. A. J. The Organization of Space in Developing Countries. Cambridge, Harvard. University Press, 452p. 1970.
- KELLER, Elza C. S. As funções regionais e a zona de influência de Campinas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 31 (2): 3-39. abr./jun. 1969.
- _____. Divisão do Brasil em regionais funcionais urbanas, Rio de Janeiro, IBGE, 112p. 1972.
- LANGEMBUCH, Juergen R. Organização urbana do Estado de São Paulo analisada pela circulação intermunicipal. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 29 (299): 26-52. nov./dez. 1970.
- LIMA, Olga M. B.; CORRÊA, Roberto L. Sistema urbano. In: GEOGRAFIA DO BRASIL, Região Sudeste, Rio de Janeiro, IBGE, v. 3, p. 569-661. 1977.
- MAGNANINI, Ruth L. C. As cidades de Santa Catarina: Sase Econômica e classificação funcional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 33 (1): 85-121, jan./mar. 1971.
- _____; LIMA, Olga M. B. Uma medida da função de direção das cidades brasileiras. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, 22: 129-47. 1971.
- MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Sessões dirigidas, Fortaleza, 31-6. 1978.
- MARCHAND, Bernard; et alii. Subsídios para o estudo do sistema urbano do Nordeste: Evolução da acessibilidade dos centros urbanos entre 1930 e 1974. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 38 (4): 70-105, 1976.
- MARSHALL, John U. The location of service towns. Research publications. Department of geography, University of Toronto. 3-184p. 1969.
- MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro 7: 7-29. 1943.
- _____. A divisão regional do Estado de São Paulo. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Anais, São Paulo, 1: 19-36, 1949.
- _____. Pionniers et planteurs de São Paulo. Cahiers de la fondation de sciences politiques, Paris, 28, 376p. 1952.
- MOREIRA, Amélia A. N. O Espaço regional de Teresina. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 231: 3-98, 1972.
- MÜLLER, Nice L. Evolução e estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro 209: 28-64, 1969.
- NELSON, H. J. A service Classification of cities in the United States. In: READINGS IN URBAN GEOGRAPHY. Organizador. Harold Mayer e C. F. Kohn. Chicago. The University of Chicago Press: 139-60. 1959.
- NEVES, Gervásio R. Contribuição ao estudo da rede urbana do Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 30 (222): 19-50. maio/jun. 1971.
- NIMER, Edmon; BINSZTOK, Jacob. Castelo e suas relações com o meio rural: Área de colonização italiana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 29 (4): 44-7, out./dez. 1967.
- NYSTUEN, John D.; DACEY, Michael F. A Graph theory interpretation of nodal regions. In: Spatial analysis org. Brian J. L. Berry e D. F. Marble. Englewood Cliffs, Prentice — Hall Inc. 1962.
- OLIVEIRA, Beneval. Contribuição para a divisão regional do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 12 (1): 19-36., jan./mar. 1950.
- OLIVEIRA, Santos. E. Ponta Grossa, capital regional do oeste do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, 24: 57-80, 1956.
- PALOMAKI, Mauri. The functional centers and areas of south bottnia, Finland. *Fennia*, Helsinki, 88: 1-235, 1964.
- POMPÍLIO, Maria José. Hierarquia urbana e áreas espaciais de influência do Estado de Santa Catarina. *Geosul*, Florianópolis, 2 (3): 7-43, 1987.
- PRANDINI, Neyde. Aspectos da geografia urbana de Londrina. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Anais, São Paulo, 3 (1): 61-80, 1948.
- PRED, Allan R. *Major Job-Providing Organizations and Systems of Cities*. Commission College Geography. Association of American Geographers, Resource Paper 27, Washington, 69p, 1974.

- REED, Wallace E. Indirect Connectivity and Hierarchies of Urban Dominance. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 60 (4): 770-85, 1970.
- RIBEIRO, M. C. M. Franca. Contribuição ao estudo dos centros urbanos brasileiros. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Anais, v. 3. p. 586-98. 1944.
- ROCHEFORT, Michel. Méthods d' Etudes des Réseaux Urbains. *Annales de Géographie*, Paris, 354: 125-43. 1957.
- _____. Métodos de estudos de redes urbanas. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 19 (160): 3-18., jan./fev. 1961.
- _____. HAUTREUX, J. La Fonction Régionale dans L' Arnature Urbaine Française. Paris, Ministère de la Construction et de L' Equipement, mimeog. 1963.
- RODRIGUES, Elza F. As funções regionais e as zonas de influência de São Luís. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 33 (4): 67-97., out./dez. 1971.
- _____. Estudo da rede de localidades centrais de Goiás e Santa Catarina: Uma aplicação da teoria dos grafos. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 35 (253): 14-22., abr./jun., 1977.
- RUA, João; BREMAEKER, François E. J. A organização urbana do Espírito Santo analisada através da circulação intermunicipal de ônibus. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 35 (2): 103-23., abr./jun. 1973.
- SANTOS, Milton. A Cidade de Jequié e sua Região. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 18 (1): 71-112, jan./mar. 1956.
- _____. Nazaré, um porto ferroviário no Recôncavo Baiano. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, 9 (1): 305-20, 1957a.
- _____. *Transport and the relative importance of towns in the cacao zone*. *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro, 45: 108, 1957b.
- _____. Attempt at functional classification of the agglomerations in the cacao zone of Bahia. *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro, 45: 109, 1957c.
- _____. Zona do cacau; introdução ao estudo geográfico. São Paulo, Ed. Nacional, 2ª ed. 110 p. (Brasiliana, 296). 1957 d.
- _____. Zonas de influência comercial no Estado da Bahia. In: ESTUDOS DE GEOGRAFIA DA BAHIA. Salvador, Livraria Progresso Editora: 27-50. 1958.
- _____. A cidade como centro de região; definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador, Universidade da Bahia. Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. 28 p. 1959a.
- _____. A rede urbana do Recôncavo. Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. Salvador, Universidade da Bahia, 39 p, 1959b.
- _____. Villes et région dans un pays sous-developpé: l' Exemple du Reconcavo de Bahia. *Annales de Géographie*, Paris, 406: 678-94, 1965.
- _____. Crescimento nacional e a nova rede urbana: O Exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro. 29 (4): 78-92, out./dez. 1967.
- _____. Une nouvelle dimension dans l' étude des réseaux urbains dans les pays sous-developpés. *Annales de Géographie*, Paris, 434: 425-45. 1970.
- _____. *L' Espace Partagé: les deux circuits de l' économie urbaine de pays sous-developpés*. Paris, Librairiees Techniques, 1975. 405 p.
- _____. Spatial dialectics: The two circuits of urban economy in underdeveloped countries. *Antipode*, Worcester, 9 (3): 49-60, 1977.
- _____. The shared space; The two circuits of the urban economy in inderdeveloped countries. London, Methuen, 1979 a 226 p. (University paperbacks. 683).
- _____. A divisão do trabalho social como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização dos países subdesenvolvidos. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Sessões dirigidas. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Fortaleza, 37-49, 1978b.
- _____. O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 345 p. 1979.
- _____. O espaço do cidadão. São Paulo, Nobel, 142 p. 1987.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 124 p. 1988.
- SANTOS, Silva, C. F. O umland de Santa Cruz do Rio Pardo. *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro, 45: 105-110. 1957.
- SILVA, Hilda. Maceió e a sua área de influência. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 225: 3-76. 1971.
- SILVA, Silvio C. B. M. A propósito de uma medida da centralidade urbana no Estado da Bahia. *Geografia*, Rio Claro, 2 (4): 39-46, 1977.

- _____. A centralidade urbana no Estado da Bahia: Um estudo comparativo. *Geografia*, Rio Claro, 12 (24): 103-118, 1987.
- _____. LEÃO, Sonia de Oliveira. O subsistema urbano-regional de Feira de Santana. *Série Estudos Regionais*, 13. Recife, SUDENE, 427 p. 1985.
- _____. SILVA, Barbosa. Christine; LEÃO, Sonia de Oliveira. O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna. *Série Estudos Regionais*, 16. Recife, SUDENE, 376 p. 1987.
- SILVA, J. S.; ARRUDA. M. A. Estrutura espacial do Estado de Minas Gerais. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 256: 74-95, 1978.
- SILVA, Hilda.; BOTELHO, Maria Emilia. Sistema urbano. In: *Região Nordeste. Geografia do Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro, IBGE: 397-450, 1977.
- SKINNER, G. W. Marketing and social structure in rural China. Part I. *Journal of Asian Studies*, Princeton, 24 (1): 126-40. 1964.
- SMITH, Carol. Causes and consequences of central place types in Western Guatemala. In: *Regional Analysis*. v. 1, org. Carol Smith. New York. Academia Press: 225-300, 1976.
- SMITH, R. H. T. Periodic market — Places and periodic marketing: Review and prospect, I. *progress in Human Geography*, London, 4: 1-31, 1980.
- STINE, James H. Temporal aspects of tertiary production elements in Korea. In: *Urban Systems and Economia Development*, org. F. R. Pitts, Eugene, University of Oregon: 68-88, 1962.
- SOARES, Lúcio de Castro. Função regional de Formosa. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, 1 (2): 2-15, 1948.
- SOUZA, Maria Salete. Contribuição ao estudo da hierarquia urbana no Ceará. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 39 (3): 54-86, 1977.
- TEIXEIRA, Marlene P. V. A rede fluminense de localidades centrais: Um estudo com base na circulação intermunicipal de ônibus. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 34 (3): 172-90, 1972.
- _____. Padrões de ligações e sistema urbano: Uma análise aplicada aos estudos da Guanabara e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 37 (3): 16-55, 1975.
- TRICART, Jean.; SANTOS, Milton. O problema da divisão regional da Bahia. In: *Estudos de Geografia da Bahia*. Salvador, Livraria Progresso Editora: 11-24, 1958.
- ULLMAN, Edward.; DACEY, Michael F. El método de las necesidades mínimas en el estudio de la base económica urbana. *Texto básico*. IPGH, Rio de Janeiro. 2: 23-44. 1969.
- VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 20 (1): 3-82. 1958.

RESUMO

O presente estudo procura avaliar a produção geográfica brasileira sobre hinterlândias, hierarquias e redes urbanas. Os estudos realizados podem ser classificados em cinco grandes tipos de estudos: a análise de uma hinterlândia de uma dada cidade, a definição e descrição das hierarquias e áreas de influência, as variações na rede urbana, as relações cidade-região e proposições sobre a natureza da rede urbana (repensando a rede urbana). Cerca de uma centena de estudos de geógrafos brasileiros são analisados, estendendo-se a análise dos primórdios da década de 1940, quando começaram os estudos urbanos no país, até o final da década de 1980.

ABSTRACT

This study analyses Brazilian geographical production on hinterlands, hierarchies and urban networks. Some 100 studies have been submitted to the evaluation, ranging from the early one produced during the 1940's to those produced in the 1980's. The studies may be classified in five large types: the analysis of an hinterland of a given central place, the definition and description of hierarchies and influence zones, variations on urban network, town-region relationships and theoretical propositions on the nature of urban network.